



ATIVIDADES DE TREINO

Comissões
Parlamentares



Prof. Líbero Filho





SUMÁRIO

ATIVIDADE

3

Questão 1

3

Questão 2

3

Questão 3

4

GABARITO

5

Questão 1

5

Questão 2

6

Questão 3

7



ATIVIDADE

Questão 1

(XV EXAME DE ORDEM - Questão 4 - 2014.3 - adaptada) Denúncias de corrupção em determinada empresa pública federal foram publicadas na imprensa, o que motivou a instalação, na Câmara dos Deputados, de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI).

Em busca de esclarecimento dos fatos, a CPI decidiu convocar vários dirigentes da empresa pública para prestar depoimento. Em razão do interesse público envolvido, o jornalista que primeiro noticiou o caso na grande imprensa também foi convocado a prestar informações, sob pena de condução coercitiva, de modo a revelar a origem de suas fontes, permitindo, assim, a ampliação do rol dos investigados. Outra decisão da CPI foi a de quebrar o sigilo bancário dos dirigentes envolvidos nas denúncias de corrupção, objeto de apuração da comissão.

Com base nessas informações, responda aos itens a seguir.

A) A CPI tem poder para determinar a condução coercitiva caso a pessoa intimada para prestar depoimento não compareça espontaneamente? (Valor: 0,40)

B) O jornalista convocado pode ser obrigado a responder indagações sobre a origem de suas fontes jornalísticas, em razão do interesse público envolvido? (Valor: 0,40)

C) A CPI tem poder para determinar a quebra do sigilo bancário dos investigados? (Valor: 0,45)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 2

(XVII EXAME DE ORDEM - Questão 4 - 2015) Aprovado apenas pela Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados, assim como no âmbito da mesma Comissão em razão dessa matéria do Senado Federal, determinado projeto de lei, que versava sobre política externa brasileira, foi levado à apreciação do Presidente da República, que resolveu vetá-lo, ao argumento de que nenhum projeto de lei pode ser aprovado sem a respectiva votação do Plenário de cada uma das casas legislativas.

Diante do relato acima, responda aos itens a seguir.

A) O veto apresentado pelo Chefe do Executivo encontra amparo constitucional? (Valor: 0,65)

B) É correto afirmar que, de acordo com o processo legislativo brasileiro, o veto do Presidente da República deve ser apreciado pela Casa Inicial e revisto pela Casa Revisora, dentro do prazo de quarenta e cinco dias, a contar do seu recebimento? (Valor: 0,60)



Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

Questão 3

(XIX EXAME DE ORDEM - Questão 3 - 2016) No âmbito de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), foi determinada a busca e apreensão de documentos e de computadores nos escritórios das empresas do grupo investigado, tendo sido decretada, em decisão fundamentada, a indisponibilidade de bens e a quebra dos sigilos bancário e fiscal de um dos empresários envolvidos.

Com base no fragmento acima, responda, justificadamente, aos itens a seguir.

A) A medida adotada pela CPI, em relação aos bens do empresário, é amparada pela ordem constitucional? (Valor: 0,65)

B) A CPI poderia determinar a quebra de sigilo narrada na questão, sem autorização judicial? (Valor: 0,60)

Obs.: o(a) examinando(a) deve fundamentar suas respostas. A mera citação do dispositivo legal não confere pontuação.

**GABARITO****Questão 1**

A) Não. Apesar da CPI ter poder para intimar alguém a prestar depoimento, ela não pode determinar a condução coercitiva, pois é decisão reservada à jurisdição, conforme art. 3º, §1º, da Lei 1.579/52.

B) O jornalista não pode ser obrigado a responder indagações sobre a origem de suas fontes, pois o Art. 5º, XIV, resguarda esse sigilo para os jornalistas, garantindo, assim, a liberdade de imprensa.

C) Sim, O STF reconhece o poder da CPI para determinar a quebra do sigilo bancário dos investigados, observada a devida fundamentação para tanto, pois a competência decorre da atribuição de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, e a matéria não se insere na cláusula de reserva de jurisdição.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) Não. Apesar da CPI ter poder para intimar alguém a prestar depoimento, ela não pode determinar a condução coercitiva (0,15), pois é decisão reservada à jurisdição (0,15), conforme art. 3º, §1º, da Lei 1.579/52 (0,10).	0,00/0,15/ 0,30/0,40	
B) Não, o jornalista não é obrigado a revelar as suas fontes (0,30) / Art. 5º, XIV, da CRFB (0,10).	0,00/0,30/0,40	
C) Sim, o STF reconhece o poder da CPI para determinar a quebra do sigilo bancário dos investigados, pois a competência decorre da atribuição de poderes de investigação próprios das autoridades judiciais (0,20) e esta matéria não se insere na cláusula de reserva de jurisdição (0,25).	0,00/0,20/0,45	

**Palavra-chave (procure no índice)**

COMISSÃO PARLAMENTAR
CÂMARA DOS DEPUTADOS

MÉTODO VDE

OAB - 2ª fase



ACESSO

Questão 2

A) Não. De acordo com o Art. 58, §2º, I, da Constituição Federal, há projetos de lei que podem ser discutidos e votados apenas no âmbito das comissões constituídas, em razão da matéria de sua competência, na forma do Regimento Interno da Casa Legislativa, sem a necessidade de apreciação pelo Plenário, desde que não haja recurso de um décimo dos membros da respectiva Casa. Portanto, o veto do Presidente da República não encontra amparo constitucional. Nesse sentido, é constitucionalmente possível que a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional aprove um projeto de lei que verse sobre a política externa brasileira (matéria da competência da referida Comissão) sem a necessidade de passar pelo Plenário da Casa, desde que não haja oposição de um décimo dos seus membros. Portanto, é o próprio texto constitucional que admite a possibilidade de se afastar a incidência do princípio da reserva de plenário, atribuindo às Comissões, em razão da matéria de sua competência, a prerrogativa de discutir, votar e decidir as proposições legislativas.

B) Não. De acordo com o Art. 66, §4º, da Constituição Federal, o veto será apreciado em sessão conjunta, dentro do prazo de trinta dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores. Esgotado o prazo de trinta dias, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições, até a sua votação final.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A) Não. Nos termos do Art. 58, §2º, I, da Constituição Federal (0,10), há matérias que dispensam a reserva de plenário, de acordo com o Regimento Interno da Casa Legislativa. No entanto, ainda que haja previsão do Regimento, a apreciação no âmbito do Plenário será obrigatória se houver recurso de 1/10 dos membros da Casa (0,55).	0,00/0,10/ 0,55/0,65	
B1) Não. Nos termos do Art. 66, §4º, da Constituição Federal (0,10), o veto será apreciado em sessão conjunta, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Deputados e Senadores (0,20).	0,00/0,10/ 0,20/0,30	
B2) A apreciação do veto deverá ser feita dentro do prazo de trinta dias a contar	0,00/0,30	



de seu recebimento (0,30).



Palavra-chave (procure no índice)

COMISSÃO PARLAMENTAR

VETO

Questão 3

A) Não. Apesar de o poder de investigar constitui uma das funções institucionais do Poder Legislativo, os poderes parlamentares de investigação sofrem limitações de ordem jurídico-constitucional. A Constituição Federal, ao conferir às CPLs “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais” (Art. 58, §3º), delimitou a natureza de suas competências, mas não permitiu o exercício daqueles atos privativos do Poder Judiciário, como a decretação de indisponibilidade de bens e a diligência de busca e apreensão de documentos em escritório. Trata-se de postulado de reserva constitucional de jurisdição, ou seja, tais atos somente podem ser praticados por magistrados.

B) Sim. A Comissão Parlamentar de Inquérito possui poderes próprios das autoridades judiciais para, em decisão fundamentada, determinar a quebra de sigilo fiscal e bancário, pois o que está em jogo é o acesso a informações já existentes. O Supremo Tribunal Federal já proferiu inúmeras decisões nesse sentido.

ITEM	PONTUAÇÃO	PONTUAÇÃO DO ALUNO
A1) Não. A Constituição Federal, ao conferir às CPLs “poderes de investigação próprios das autoridades judiciais” (Art. 58, §3º OU Lei 1.579/52) (0,10), delimitou a natureza de suas competências, mas não permitiu a decretação de indisponibilidade de bens e a diligência de busca e apreensão de documentos (0,30).	0,00/0,10/ 0,30/0,40	
A2) Trata-se de postulado de reserva constitucional de jurisdição, ou seja, tais atos somente podem ser praticados por magistrados (0,25).	0,00/0,25	



B) Sim. A CPI possui poderes próprios das autoridades judiciais para determinar, em decisão fundamentada, a quebra de sigilo fiscal e bancário, pois o que está em jogo é o acesso a informações já existentes (0,60).	0,00/0,60	
--	-----------	--



Palavra-chave (procure no índice)

COMISSÃO PARLAMENTAR